



Desafios à preservação da memória cultural no Brasil: um estudo no município de São Borja/RS¹

Larissa Conceição dos SANTOS²
Fabio Frá FERNANDES³

Resumo:

O estudo aqui apresentado tem por finalidade problematizar e refletir acerca da recuperação e da preservação da memória cultural a partir da análise do caso do município de São Borja-RS, tendo por objeto de investigação as políticas culturais municipais. Para tanto, desenvolve-se um estudo exploratório, com base em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, tendo como fontes os acervos públicos municipais, a fim de realizar um levantamento das políticas e da legislação municipal voltadas à cultura no município de São Borja ao longo de seus 336 anos.

Palavras-chave: Memória. Cultura. Políticas culturais. Comunicação. Relações Públicas.

Challenges to preserving cultural memory in Brazil: a study in the municipality of São Borja/RS

Abstract:

The study presented here aims to discuss and reflect on the recovery and preservation of cultural memory based on the analysis of the case of the municipality of São Borja-RS, with the object of investigation of municipal cultural policies. In order to do so, an exploratory study is developed, based on bibliographical research and documentary research (having as sources the municipal public collections, in order to carry out a historical survey of policies and municipal legislation directed to culture in the municipality of São Borja during its 336 years.

Keywords: Memory. Culture. Cultural policies. Communication. Public Relations.

219

¹ Versão revisada e ampliada de texto apresentado no VII Encontro Regional Sul de História da Mídia – ALCAR Sul, Santa Maria, 2018.

² Doutora em Sciences de l'Information et de la Communication (CELSA/ Paris-Sorbonne) e Doutora em Ciências da Comunicação (ECA-USP). Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa. Vinculada aos grupos de pesquisa t3xto (UNIPAMPA) e GRIPIC (CELSA/ Paris-Sorbonne). *E-mail:* larissasantos@unipampa.edu.br

³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM), mestre em Comunicação e Indústria Criativa pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa (PPGCIC/Unipampa). Vinculado ao Grupo de Pesquisa Comunicação Institucional e Organizacional (UFSM/CNPq) e Grupo de Pesquisa em Processos e Práticas nas Atividades Criativas e Culturais (GPAC/Unipampa/CNPq). *E-mail:* fabio.fra.fernandes@outlook.com





Desafios para la preservación de la memoria cultural en Brasil: un estudio en el municipio de São Borja/RS

Resumen:

El estudio presentado aquí tiene como objetivo problematizar y reflexionar sobre la recuperación y preservación de la memoria cultural con base en el análisis del caso del municipio de São Borja-RS, con el objetivo de investigar las políticas culturales municipales. Con este fin, se desarrolló un estudio exploratorio, basado en la investigación bibliográfica y documental, utilizando colecciones públicas municipales como fuentes, con el fin de llevar a cabo una encuesta histórica de políticas y legislación municipal dirigida a la cultura en el municipio de São Borja a lo largo de sus 336 años.

Palabras clave: Memoria. Cultura. Políticas culturales. Comunicación. Relaciones públicas.

Introdução

Observa-se no cenário contemporâneo a emergência de novas formas e representações do passado, traduzidas em iniciativas de resgate e preservação da história e da memória que formam parte de um movimento global de indivíduos e coletividades reivindicando espaço e reconhecimento, sobretudo de suas ações, sua identidade e seu legado. Nesse sentido, a luta pela preservação da memória social e coletiva conquista espaço no discurso histórico a partir da revisão das interpretações sobre o passado, ao incluir nos livros e manuais escolares, ou no calendário oficial de comemorações, as reivindicações que têm como objetivo reparar o silêncio e a invisibilidade que, muitas vezes, marcaram a vida dessas coletividades, e promover a sua integração à história da nação a partir de uma nova perspectiva (HEYMANN, 2006).

A história pode ser transmitida na sociedade por meio de diferentes formas narrativas: relatos impressos, orais, audiovisuais, e mesmo midiáticos, que, apesar de suas particularidades, guardam em comum o caráter social e coletivo essencial à (re)construção memorial. A partir disso, entende-se a influência da memória coletiva sobre a formação da memória individual, operada por meio das narrativas que circulam na sociedade, e que são, por sua vez, partilhadas, reconstruídas, ressignificadas de maneira a observar-se a presença de uma narrativa coletiva “privilegiada no interior de um mito ou de uma ideologia. E essa narrativa explicadora e legitimadora serve ao poder que a transmite e difunde” (BOSI, 2003, p. 17-18).

Pessoas, organizações e coletividades na sociedade civil passam a valorizar suas raízes, suas origens e a trajetória que as tornam únicas, reivindicando por meio de





políticas públicas, ações e projetos de resgate memorial o seu lugar na história. Nesse contexto, a comunicação ocupa um papel fundamental, e as relações públicas, em especial, mostram-se competentes à promoção histórica e patrimonial dos mais diversos atores.

História e memória, em especial às relacionadas com as organizações e instituições, emergem nas pesquisas e estudos relacionados ao campo da Comunicação mais fortemente a partir da década de 1980 (SANTA CRUZ, 2014; NASSAR, 2008). No entanto, não significa que ambas as temáticas se articulam com a Comunicação apenas nesse período, ao contrário. Tanto a história, quanto a memória estiveram em relação com a Comunicação desde suas acepções teóricas iniciais, mas é no final do século XX que elas se tornam elementos estratégicos de organizações públicas e privadas para pensar e executar políticas de relacionamento com públicos de interesse, construção e consolidação de imagem institucional e, ainda, insumo para a constituição do engajamento organizacional.

Assim, a história e a memória passam a ocupar espaço também nas abordagens das relações públicas, quando os processos históricos e mnemônicos das organizações e dos indivíduos com ela em relação, tornam-se insumo para o fazer da comunicação (FERNANDES; COLVERO; SILVA, 2017).

Proposição de pesquisas e formulações de estudos relacionados à cultura, ao patrimônio histórico e ao retrospecto das memórias públicas são, portanto, também abordagens pertinentes às relações públicas. Seja utilizando dessa abordagem para pensar e propor alternativas para a promoção e valorização das culturas locais e populares, seja para a formulação de políticas públicas para a recuperação, preservação e valorização do patrimônio histórico-cultural, material e imaterial de um povo.

Sobre isso, o presente estudo busca problematizar e refletir acerca da recuperação e da preservação da memória cultural no Brasil, tendo como base a realidade histórico-cultural e mnemônica do município de São Borja, sob as lentes da Comunicação e das relações públicas e tendo por objeto de investigação as políticas culturais municipais. É um contexto de importante relevância, visto o constante descaso com equipamentos culturais e com o patrimônio material e imaterial do país. A realidade de um município





do interior do Brasil, distante geográfica e politicamente de grandes centros, pode representar, ao menos em parte, o cenário mnemônico, histórico e cultural vivenciado em nível nacional, por compartilhar com outras localidades as deficiências em políticas públicas, especialmente sobre as áreas da história e da memória.

Este texto tem base o levantamento realizado a partir de um projeto de pesquisa em andamento, cujo foco reside no resgate e na preservação da memória cultural do município de São Borja, por meio do mapeamento das políticas, ações e legislações voltadas à cultura desenvolvidas desde a criação da cidade, em 1682.

A pesquisa que origina este texto desenvolve-se em duas etapas, compreendendo, em nível macro, uma fase exploratória de coleta de dados primários e secundários indispensáveis para sua consecução. Em relação aos métodos e técnicas, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental (GIL, 2010; PRODANOV; FREITAS, 2013). A pesquisa bibliográfica refere-se à construção de uma fundamentação teórica indispensável à realização de qualquer estudo, com base em documentos científicos já publicados. Já a pesquisa documental diz respeito à consulta ao acervo municipal (biblioteca municipal, arquivo público e arquivo da Câmara Municipal de Vereadores), visando encontrar documentos que caracterizem a memória das políticas públicas voltadas à cultura, memória e história do município de São Borja.

Com esse percurso e procedimentos metodológicos, este artigo é estruturado de forma a apresentar, sucintamente, o panorama sociocultural do município de São Borja, com intuito de situar no tempo e no espaço o objeto de análise da pesquisa. Feito isso, reflete-se sobre o campo da memória na *práxis* de relações públicas, seguindo para os apontamentos quanto aos desafios à preservação da memória e da história a partir dos documentos públicos que referenciam essa temática no município, para então considerar perspectivas a serem desenvolvidas para qualificar essa problemática de modo local, mas também em âmbito nacional, sob a ênfase do trabalho da comunicação e das relações públicas.





História, cultura e educação em São Borja

“Terra dos Presidentes”, “Primeira Redução Jesuítica-Missioneira”, “Capital do Fandango” são alguns títulos que buscam elevar, no cenário nacional, a pequena cidade de São Borja em virtude de seus atrativos histórico-culturais. Localizada no extremo oeste do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina, distante quase 600 quilômetros da capital do Estado, Porto Alegre, o município é rota de turistas nacionais e estrangeiros (especialmente argentinos e uruguaios) que acedem ao Brasil pelo Sul, como porta de entrada em direção aos mais diferentes destinos brasileiros.

O marco histórico-legal de São Borja data de 1682, ano que celebra sua fundação. No entanto, sua constituição histórica inicia-se anterior a essa data, no século XVII. Sua organização territorial é originária das reduções jesuítico-missioneiras, conhecidas também como região dos Sete Povos das Missões, Sete Povos Jesuítico-Missioneiro, entre outros. Terras que ficaram um longo tempo sob domínio das Coroas Ibéricas, cuja influência reflete-se na cultura, nas tradições e no patrimônio histórico do município (COLVERO; MAURER, 2009; MARTINS, 2017).

A Missão jesuítica denominada de São Francisco de Borja se forma a partir da cisão ou divisão da redução de Santo Tomé, no lado Argentino, tendo como uma das principais finalidades a inserção dos índios Guenoas, Charruas, Yarós e Minuanos na Missão, além de realizar uma conexão cultural com os povos das localidades argentinas de Yapeyu La Cruz e Santo Tomé (RODRIGUES; RODRIGUES, 2015).

Ao longo de sua história, um incomensurável patrimônio imaterial se constitui em São Borja. Seja pelo multiculturalismo de sua fundação, pela proximidade com a Argentina, seja pelo percurso migratório, a cultura do município é bastante diversa, acentuando características comuns nos modos de viver, no comércio e na produção agrícola-industrial. Por ter sido espaço de importantes eventos e berço de personalidades políticas e artísticas, contempla um importante patrimônio material também.

Museu Getúlio Vargas, Casa e Memorial João Goulart, Museu Missioneiro, Museu da Estância, Mausoléu do Presidente Vargas (com os restos mortais do ex-presidente), Cemitério Jardim da Paz (onde se encontram os restos mortais do ex-presidente do Brasil João Goulart e ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola), Igreja Católica



Matriz, Cemitério Paraguaio, Fontes de São Pedro e São João Batista, Túmulo da Maria do Carmo (personalidade folclórica do município), Ponte da Integração (ligando São Borja/Brasil a Santo Tomé/Argentina), Cais do Porto, Estação da Cultura e Monumento Tricentenário, são alguns dos locais que representam a história e a memória de São Borja (PREFEITURA DE SÃO BORJA, 2017).

Cursos técnicos, bacharelados e de pós-graduação ofertados por instituições de ensino superior instaladas em São Borja contemplam esforços para refletir o campo da história, da cultura e da memória de forma crítica e científica, além de problematizar e propor práticas para garantir a preservação histórico-cultural e o retrospecto mnemônico do município e região. Turismo, gastronomia, políticas públicas, relações públicas em nível de graduação, e o mestrado profissional em Comunicação e Indústria Criativa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, c2020a, c2020b; INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2016), são exemplos desses esforços vinculados à educação terciária e quaternária para com o patrimônio material e imaterial do município.

Na atualidade, São Borja figura como uma região de grande valor político, cultural e histórico, reconhecida pelo Estado do Rio Grande do Sul com o Decreto 35.580, de 11 de outubro de 1994. A economia local do município é sustentada pela agricultura, especialmente as culturas de arroz, soja, milho, trigo e sorgo, a pecuária de corte e a criação de ovinos, e o comércio (IBGE, 2010). Caracterizada por grandes propriedades e pequenos negócios comerciais a cidade também apresenta notórias desigualdades sociais.

O campo da memória nas *práxis* das relações públicas

A comunicação pode perfeitamente investigar os fenômenos históricos, os vestígios do passado e a memória da sociedade tomando como ponto de ancoragem os processos comunicacionais que lhe permearam. Mas, para tanto, precisa romper com as amarras que a vinculam quase que exclusivamente ao presente, ao imediatismo midiático, mesmo que isso possa, aparentemente, conferir-lhe credibilidade (enquanto domínio próprio da comunicação).

São, enfim, as nossas relações, práticas e ações na sociedade, ao longo do tempo, que nutrem a história. E, da mesma forma, são elas também as responsáveis pelas



mudanças e evoluções na comunicação. Assim, é possível afirmar que a comunicação humana sempre foi objeto da história. De igual modo, a história sempre esteve relacionada à comunicação, pois a evolução dos meios de comunicação altera a relação com o tempo, estando, assim, intrinsecamente ligados à história que se constrói na atualidade (história das culturas, das mentalidades, do tempo presente).

A abordagem histórica, como teoria e metodologia, é muitas vezes deixada de lado em detrimento de uma abordagem operacional: documentos, registros e informações são mobilizados ao desenvolvimento de produtos de comunicação, porém poucas vezes de maneira interpretativa, refletindo sobre o passado de forma estratégica e gerencial.

Observa-se um crescimento no número de pesquisas baseadas nas intersecções entre o campo de estudo da memória, da história e da comunicação organizacional, dentre as quais, destaca-se no Brasil a pesquisa realizada por Paulo Nassar (2006), que, a partir da perspectiva das empresas brasileiras, situa o resgate da memória e a construção da história organizacional como novos campos de investigação às relações públicas.

O autor submeteu uma enquete a representantes das áreas de comunicação de 119 empresas brasileiras, questionando-os sobre as práticas ligadas à história e à memória empresariais e, com isso, buscou destacar o papel estratégico das relações públicas e da comunicação na construção da memória organizacional.

A pesquisa de Nassar (2006), pioneira no Brasil, possibilita aproximar os campos da comunicação organizacional e das relações públicas ao da história empresarial. Com isso, abre-se espaço para uma nova perspectiva de estudos, voltada à memória e à história das empresas como objeto das relações públicas. Além disso, os dados coletados fornecem um mapeamento das práticas associadas à história nas empresas brasileiras.

O autor enfatiza que o desenvolvimento de programas voltados à história organizacional nas empresas brasileiras está fortemente associado à área de comunicação corporativa (apesar de contar também com o envolvimento de outras áreas), como revelaram os dados de sua pesquisa, indicando que entre as empresas pesquisadas, 78,6% atribuem à comunicação e relações públicas a responsabilidade pelos programas ligados à memória empresarial (NASSAR, 2006).





A atuação dos comunicadores e, em especial, dos relações-públicas no desenvolvimento de ações ligadas à preservação e difusão da memória/história organizacional é ressaltada por Nassar (2006). Para o autor, os trabalhos ligados à história empresarial conduzidos por relações-públicas não se limitam às comemorações, mas tendem a desenvolver-se de forma permanente com foco no fortalecimento do sentimento de pertencimento e na gestão do conhecimento.

Contrapondo-se a essa visão, a partir de uma pesquisa realizada buscando observar a comunicação organizacional e o processo de relações públicas frente aos acervos de instituições do Rio Grande do Sul, Souza e Moura (2010) enfatizam a presença de “pouquíssimos” profissionais da área de relações públicas atuando nesse segmento (entre as instituições observadas). Os resultados empíricos contradizem as hipóteses inicialmente propostas e as afirmações acerca da presença majoritária de relações-públicas, pois, segundos elas, “os dados revelam que eles estão perdendo lugar para administradores e jornalistas – quando há comunicação trabalhando neste campo, o que é raro. A tradição é empregar historiadores e arquivistas” (SOUZA; MOURA, 2010, p.13).

As discrepâncias entre os resultados e discordâncias acerca do protagonismo dos comunicadores frente às ações ligadas à memória e história podem ter base nas metodologias de pesquisa adotadas (seleção das instituições ou tipo de instituição respondente), recorte temporal da pesquisa, contexto local e fatores culturais regionais (instituições gaúchas x instituições do eixo Rio-São Paulo), entre outros.

Entende-se, no entanto, que, independente da escolha profissional frente às ações histórico-organizacionais, as narrativas organizacionais (SANTOS, 2017) produzidas assumem os contornos e impressões de seu autor-narrador, pois é pela interpretação que este faz dos fatos que o relato toma um caminho ou outro, sendo abordado a partir de certo ângulo e respondendo aos questionamentos ou às exigências demandadas pela organização.

No que diz respeito à preservação da cultura e mais especificamente às políticas culturais, entendidas aqui como formulações e/ou propostas desenvolvidas pela administração pública, organizações não-governamentais e empresas privadas, com o



objetivo de promover intervenções na sociedade por meio da cultura, destaca-se o resgate e promoção de sua memória especialmente em um período em que observa-se no Brasil o descaso para com o campo cultural e os perigos relativos à perda do patrimônio material e imaterial e à memória do país.

Na esteira dessas reflexões, ressalta-se o papel das políticas públicas, e, especialmente, das políticas culturais e a forma como ocuparam, historicamente, um papel secundário ou coadjuvante no cenário nacional, e de maneira mais precárias nos municípios, como observa-se no caso da cidade de São Borja-RS.

As políticas culturais são, portanto, resultantes das políticas públicas, voltadas especificamente ao fomento do setor cultural, ou como salienta García Canclini (2001, p. 65, em livre tradução), resumem-se a um “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social”.

As iniciativas desses agentes visam “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” (COELHO, 1997, p. 292). Ou seja, a política cultural é entendida como uma ciência da organização das estruturas culturais que tem como objetivo “o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas, bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam” (COELHO, 1997, p. 293).

Faz-se necessário refletir, no âmbito das políticas públicas municipais, sobre os mecanismos de promoção e acesso às legislações, aos documentos e registros referentes às decisões públicas, que afetam não apenas à cultura no município, mas que são de interesse público, dizem respeito ao cidadão de maneira geral e, portanto, precisam ser comunicadas de forma ampla e transparente.

Para Luz e Weber (2017, p. 4), “a relação entre a comunicação governamental e a memória se dá justamente nessa produção de informações e registros de um governo, porquanto é uma comunicação que tem como sujeito – prioritária e necessariamente – os locais governados”. Isto é, compete a administração pública a salvaguarda de



informações, dados, documentos, registros diversos de suas gestões e, conseqüentemente das legislações e políticas públicas desenvolvidas.

No entanto, observa-se na prática a precariedade dos acervos públicos municipais, verdadeiros depósitos de documentos – e não repositórios de conhecimento histórico e fontes à pesquisa pública, como deveriam ser, demonstrando, à exemplo da tragédia do incêndio no Museu Nacional, a fragilidade dos nossos sistemas públicos no que diz respeito à proteção da memória pública e cultural brasileira, atualmente em sério risco de desaparecimento.

A iniciativa em propor e executar um projeto que sustenta parte das informações deste texto é um exemplo da *práxis* das relações públicas no campo da história e da memória. Prática que, das bases teóricas, tenta exercer no empírico movimentos de transformação, no intuito de modificar o cenário de degradação histórico-cultural em São Borja, a começar pela problematização em sala de aula, para então seguir para abordagens empíricas diretas ao campo.

Quando se fala em *práxis* das relações públicas, muitas são as possibilidades acadêmico-profissionais, com competências técnicas que variam conforme o local de formação. No universo de São Borja, respeitando as características locais e regionais, o bacharelado em Relações Públicas da Unipampa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, c2020c), com prerrogativa própria, tem atenção sobre a cultura. O corpo docente e a organização curricular detêm características especializadas para a formação teórico-prático no que tangencia a cultura, o patrimônio, as políticas públicas, as políticas culturais e, em perspectivas contemporâneas, sobre a economia criativa. Fenômeno que tem olhado com afincamento para os setores patrimoniais, das artes e afins. Um egresso de Relações Públicas da Unipampa tem em sua *práxis*, além do que é comum à profissão, ainda a possibilidade de ser um profissional apto para problematizar e desenvolver a cultura em todas as suas dimensões (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, c2020d).

Pelas características próprias da área e da profissão, a memória e a história, são recursos para estudos e estratégias comunicacionais e de relacionamento para organizações. Ressalta-se aqui a memória como *práxis* das relações públicas pois,



conforme as pesquisas anteriormente apresentadas, mesmo não estando o relações-públicas figurando preferencialmente na contratação ou execução de projetos dessa temática em organizações e instituições nacionais, é ele quem ainda articula, quando presente, as estratégias organizacionais relacionadas ao campo histórico-cultural e mnemônico.

Apontamentos iniciais: desafios à preservação histórico-cultural

O desenvolvimento de um projeto de tal natureza a partir de uma perspectiva comunicacional contribui, por um lado, ao conhecimento e reconhecimento da história de um município e sua promoção perante a sociedade. Por outro lado, contribui à valorização dos profissionais de comunicação, em especial de relações-públicas, na atuação em ações de cunho social e histórico, destacando o papel destes últimos como mediadores da comunicação em prol do fortalecimento e visibilidade da memória cultural.

Assim, a pesquisa em questão não colabora apenas para o resgate da memória cultural, mas também olha para as políticas voltadas à cultura criadas no município. Estas, que também interessam academicamente à comunicação e às relações públicas, trazem contribuições ao conhecimento e reconhecimento da legislação cultural vigente.

Nesse sentido, após contato com a Secretaria Municipal de Cultura de São Borja-RS, apresentação da proposta de pesquisa e coleta de informações iniciais acerca dos arquivos e acervos públicos existentes nos municípios, iniciou-se um levantamento de dados relativos aos projetos, normativas e leis relacionadas à cultura.

De acordo com as informações da Secretaria Municipal de Cultura, os documentos relativos a estes temas encontram-se distribuídos entre o Arquivo Municipal de São Borja e o acervo da Câmara Municipal de Vereadores, entidades as quais a equipe do projeto teve contato e acesso, respectivamente, graças à disponibilidade dos servidores públicos Clóvis Benevenuto e Alberi Carvalho.

A coleta de dados e pesquisa nos acervos dessas instituições iniciou-se em agosto de 2018 e possibilitou o levantamento de Decretos e Leis municipais relacionados à cultura, turismo e lazer. Após um primeiro levantamento, com o auxílio do servidor Alberi



Carvalho, passou-se, a partir de setembro, para a análise documental com vista a elaboração de uma cronologia das políticas culturais são-borjenses.

Durante a coleta de dados primários, junto aos acervos municipais, foram encontradas oitenta (80) Leis Municipais, vinte e cinco (25) Leis ordinárias e uma (1) Lei complementar, relacionadas à Cultura, as quais foram submetidas, ao longo dos meses de outubro e novembro de 2018, a um processo de seleção e análise visando a apreciar o conteúdo e pertinência das legislações para o legado cultural do município.

De forma preliminar, destaca-se a primeira legislação municipal relacionada à cultura na cidade de São Borja, que data de 1910, e regula, a partir de cobrança monetária, os espaços dedicados aos “Divertimentos públicos” no município (LEI n. 24/1910) e, posteriormente, em 1911, “Leis de manutenção de ordem para dentro dos salões e theatros” (ACTO n. 14/1911) (SÃO BORJA, 1910, 1911).

Essas leis municipais, embora não possam ser consideradas políticas culturais de fato, sinalizam um movimento pioneiro da cidade de São Borja com relação à regulamentação de atividades de cunho recreativo, artístico ou cultural no interior do Brasil, se comparado ao panorama político-cultural brasileiro à época. De acordo com Calabre (2007), nesse período o Estado brasileiro passa por um processo de reforma administrativa visando a implantar políticas governamentais específicas, em âmbito nacional, direcionadas a vários setores. Mas é apenas no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que as primeiras políticas públicas de cultura são implementadas no Brasil, e, não por acaso, as iniciativas do então presidente e cidadão honorável de São Borja acabaram influenciando diretamente nas políticas culturais do município naquele período, conforme observamos na cronologia levantada através de nossa pesquisa documental.

Posteriormente, em 1967, chama atenção a Lei 583, em que se firma convênio com o Ministério de Educação e Cultura para recebimento de auxílio financeiro para a construção de uma Biblioteca e Museu, além da Lei 701, de 05.12.1972, que cria o Conselho Municipal de Turismo de São Borja, marcos fundamentais na trajetória das políticas culturais são-borjenses.





Observa-se um período de escasso registro das normativas municipais, especialmente entre as décadas de 1920 e 1950, cujos livros existentes no Arquivo Público Municipal encontram-se em delicado estado de degradação, sem um espaço adequado à conservação, ou ainda livros ou Atas públicas não localizados. A partir da década de 1960 até meados de 1990, os registros encontrados revelam poucas iniciativas direcionadas à cultura,⁴ apenas decretos de dias festivos ou instituição de datas históricas municipais.

Cabe destacar que o maior número de leis culturais é observado no município de São Borja a partir da década de 1990, acompanhando um movimento nacional que inicia um pouco antes, com a criação do Ministério da Cultura (de maneira independente) em 1985, durante o Governo Sarney, e, posteriormente, com o fomento às políticas culturais a partir da criação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Lei nº 8.313/1991), conhecida como Lei Rouanet, que começou a injetar lentamente novos recursos financeiros no setor cultural por meio do mecanismo de renúncia fiscal (CALABRE, 2007).

Calabre (2007) ainda destaca que a paralisia nos investimentos federais ao longo do conturbado Governo Collor e nova Constituição de 1988, que dava mais autonomia e responsabilidades aos governos locais, permitiram uma descentralização das políticas culturais, e, por consequência um maior número de iniciativas e legislações culturais desenvolvidas em âmbito municipal, como observado no caso de São Borja.

Os reflexos do cenário político nacional acima relatados impactaram diretamente no panorama são-borjense pois somente a partir do início da década de 1990 o município evolui de ações culturais pontuais ao desenvolvimento de políticas mais perenes, desde leis de *proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Borja* (Lei nº 1312/1985) à criação de museus e políticas de incentivo cultural.⁵

Ressalta-se ainda a ausência de profissionais de comunicação e de relações públicas atuando na gestão pública da cultura em São Borja, apesar da existência de

⁴ Apenas 11 Leis voltadas à Cultura, identificadas nesse intervalo de aproximadamente 30 anos.

⁵ Lei 2099/1993 - Isenta do pagamento de ingresso, nos estabelecimentos esportivos e culturais, as pessoas acima de 65 anos, ou ainda a Lei 2415/1996 - Cria a Semana Cultural Aparício Silva Rillo, no Município de São Borja e dá outras providências, por exemplo.





formação de nível superior nas áreas de comunicação há mais de 10 anos no município. A ausência desses profissionais é refletida, sobremaneira, na falta de políticas públicas de preservação dos acervos, dos registros e da memória municipal, bem como de comunicação e de acesso às informações públicas, não apenas no que diz respeito às políticas culturais, mas também à conservação da própria memória da gestão municipal de São Borja.

Considerações finais

O presente texto, oriundo de uma primeira fase de pesquisa realizada em 2018, busca, a partir de uma investigação bibliográfica e exploratória, contribuir para a valorização e promoção da memória cultural do município de São Borja, materializados por meios do resgate das políticas públicas municipais voltadas à cultura ao longo de sua história tricentenária.

A adoção de uma perspectiva comunicacional aliada à abordagem historiográfica, especialmente no que se refere à pesquisa documental realizada junto aos acervos municipais, revelou-se frutuosa. As contribuições científicas do estudo simbolizam a produção de conhecimento a respeito do campo da produção e das políticas culturais locais e constituem material significativo tanto para o conhecimento público – da sociedade e do poder público municipal –, a respeito da trajetória e evolução das políticas públicas voltadas à cultura, à contribuição para a formação de uma memória cultural em São Borja e, conseqüentemente, a promoção e comunicação dessa memória à comunidade local, científica e acadêmica.

Embora ainda não finalizada, a pesquisa já tem demonstrado até aqui as dificuldades relativas à preservação da memória das organizações públicas, dentre as quais são destacadas algumas problemáticas e desafios:

[1] a dificuldade encontrada para levantar informações acerca da cultura, projetos, legislações e iniciativas culturais no município;

[2] a pouca visibilidade dada a esse tema no portal institucional do município, isto é, a escassa comunicação acerca das políticas públicas municipais no que tange à cultura; e

[3] os desafios enfrentados pelo município no que diz respeito à preservação de sua memória, não apenas referente às políticas municipais, observadas especificamente neste projeto, mas, também de maneira geral, quando se observa que a história das diferentes





gestões municipais não parece estar devidamente documentada, ordenada e comunicada à sociedade.

Entre as perspectivas apontadas, destaca-se a importância da digitalização do acervo presente no Arquivo Público Municipal, possibilitando o acesso à informação pelos diferentes cidadãos, além da publicização ou comunicação das decisões e legislações municipais por meios das páginas e portais institucionais oficiais do município, colaborando à virtualização da memória (SANTOS, 2017b) por meio da criação e disponibilização de um arquivo (acervo) público digital.

Também Luz e Weber (2017, p. 5) ressaltam a importância da preservação da memória pública e, em especial, a transparência e publicização da coisa pública pelos diferentes meios de comunicação como, por exemplo, as páginas na web, entendendo “os sites oficiais como lugares de memória dos governos e dos locais governados, pois armazenam notícias, fotos, vídeos e documentos que falam das administrações públicas, da política e das transformações sofridas pelas cidades e seus moradores”.

Na visão das autoras, tais estratégias de comunicação pública são essenciais à visibilidade das ações governamentais e indispensáveis à criação de uma memória sobre os projetos políticos, decisões e discursos na esfera pública. No entanto, conforme observado, nos deparamos com o descaso face a preservação dos documentos públicos, que não apenas inviabilizam a pesquisa ou consulta pelo cidadão – condição preponderante para a garantia da transparência governamental – mas também colaboram ao esquecimento e ao “apagamento deliberado de informações [...] aliada à dificuldade de acesso aos poucos dados preservados” (LUZ; WEBER, 2017, p. 7).

Diante do exposto, são inúmeros os desafios e espera-se contribuir ao debate e à reflexão acerca da importância do resgate, da preservação e valorização da memória das organizações públicas, bem como das políticas culturais, e, por que não dizer, do próprio campo cultural, atualmente tão fragilizado diante da extinção do Ministério da Cultura, sob risco de “reduzir-se às cinzas”, caso não se desenvolvam medidas de conservação do patrimônio e do legado histórico e memorial brasileiro.



Referências

- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *In*: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3., 2007, Salvador. **Anais [...]**, Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/fcrb/451/2/Calabre,%20L.%20-%20Políticas%20Culturais%20no%20Brasil>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Fapesp/Iluminuras, 1997.
- COLVERO, Ronaldo Bernardino; MAURER, Rodrigo Ferreira. São Borja e seu patrimônio “quase” esquecido: o caso das missões jesuíticas na terra dos presidentes. *In*: Congresso Internacional de História, 4., 2009, Maringá, PR. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/2322780-Sao-borja-e-seu-patrimonio-quase-esquecido-o-caso-das-missoes-jesuisticas-na-terra-dos-presidentes.html>. Acesso em: 12 jul. 2020 mar. 2019.
- FERNANDES, Fabio Frá; COLVERO, Ronaldo Bernardino; SILVA, Marcela Guimarães e. Comunicação como instrumento da memória organizacional: pertencimento e identidade nas organizações a partir da leitura do Museu Antropológico Diretor Pestana. *In*: EMICULT- ENCONTRO MISSIONEIRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2017, São Luiz Gonzaga, RS. **Anais [...]**. São Luiz Gonzaga: URI, 2017. Disponível em: <http://omicult.org/emicult/anais/wp-content/uploads/2018/06/COMUNICA%C3%87%C3%83O-COMO-INSTRUMENTO-DA-MEM%C3%93RIA-ORGANIZACIONAL.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. Definiciones en transición. *In*: MATO, Daniel (org.) **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**. Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 57-67.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HEYMANN, Luciana, Quillet. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. *In*: SEMINÁRIO PRONEX “CIDADANIA E DIREITOS”, 3., 2006, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6732/1685.pdf>. Acesso em 12 jul. 2020.

IBGE. **Censo Demográfico**. São Borja. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama>. Acesso em: 12 jul. 2020.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA-IFFAR. Campus São Borja. Guia de cursos: cursos de graduação. São Borja, 11 ago. 2016. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/campus-s%C3%A3o-borja>. Acesso em: 12 jul. 2020.

LUZ, Ana Javes; WEBER, Maria Helena. Comunicação governamental e memória política: preservação e apagamento de informações oficiais nos sites das capitais. *In: Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPÓS*, 26., 2017, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/166215/001047294.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 jul. 2020.

MARTINS, Tiago Costa. **Ensaio sobre as missões e (parte da) sua produção cultural**. Porto Alegre: Editora Conceito, 2017.

NASSAR, Paulo. **Relações públicas e história empresarial no Brasil**: estudo de uma nova abrangência para o campo das relações públicas. 2006. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NASSAR, Paulo. **Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.

235

PREFEITURA DE SÃO BORJA. **História**. São Borja, 28 jul. 2017. Disponível em: <https://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/historia>. Acesso em: 12 jul. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Editora Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

RODRIGUES, Cesar Augusto; RODRIGUES, Fernando. **Revisitando a história de São Borja**. Porto Alegre. Editora Conceito, 2015.

SANTA CRUZ, Lucia. Memória e comunicação organizacional no Brasil: interfaces. **Organicom** – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, São Paulo, ano 11, n. 20, p. 177-188, 1º. sem. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/organicom/article/download/139229/134571>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SANTOS, Larissa Conceição dos. A construção de narrativas como estratégia de comunicação organizacional. *In*: MARQUES, Ângela; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; LIMA, Fábila; REIS, Daniel (org.). **Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017a. v. 1, p. 545-559.

SANTOS, Larissa. Conceição dos. A virtualização do passado: estratégias de comunicação organizacional. *In*: PAVAN, Maria Angela; LISBOA FILHO, Flavi Ferreira; MORAES, Ana Luiza Coiro (org.). **Histórias e memórias da comunicação institucional e publicitária**. Campina Grande: EDUEPB, 2017b. v.1, p. 291-311.

SÃO BORJA. Acto nº 14, Folha 21, de 9 de junho de 1911. São Borja: Arquivo Público Municipal, 1911.

SÃO BORJA. Lei n. 24, Acto nº 38, Folhas 10, 11,12, de novembro de 1910. São Borja: Arquivo Público Municipal, 1910.

SOUZA, Alina Oliveira de; MOURA, Cláudia Peixoto de. Memória e comunicação institucional: a construção de relacionamentos com base em acervos. CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS - ABRACORP, 4., 2010, Porto Alegre. **Anais [...]**. Disponível em: http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/EIC/EIC_Alina.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. *Campus* São Borja. **Cursos – graduação**. São Borja, c2020a. Disponível em: <https://unipampa.edu.br/saoborja/cursos/graduacao>. Acesso em: 12 jul. 2020.

236

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. *Campus* São Borja. **Cursos – pós-graduação**. São Borja, c2020b. Disponível em: <https://unipampa.edu.br/saoborja/cursos/posgraduacao>. Acesso em: 12 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA. Relações Públicas – Bacharelado. **Projeto Pedagógico do Curso**: organização didático-pedagógico. São Borja, c2020c. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoespublicas/pdi-ppc/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA. Relações Públicas – Bacharelado. **Projeto Pedagógico do Curso**: perfil do egresso em Relações Públicas. São Borja, c2020d. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoespublicas/pdi-ppc/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

Submissão em: 31.03.2019

Aprovado em: 27.05.2020